



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do

Estado do Rio Grande do Sul

Brasil

Nunes, Osmar Manoel; Karnopp, Erika  
As Potencialidades Endógenas do Desenvolvimento Regional. Estudo de Caso do  
Município de Júlio de Castilhos/RS  
Desenvolvimento em Questão, vol. 13, núm. 30, abril-junio, 2015, pp. 203-229  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75235861009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# As Potencialidades Endógenas do Desenvolvimento Regional

Estudo de Caso do Município de Júlio de Castilhos/RS

Osmar Manoel Nunes<sup>1</sup>

Erika Karnopp<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo analisa as potencialidades de desenvolvimento endógeno de Júlio de Castilhos, localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, com menos de 50 mil habitantes e com base econômica no setor primário. O problema de pesquisa investiga quais são as potencialidades endógenas de desenvolvimento de Júlio de Castilhos – RS. Metodologicamente, utilizou-se como método de abordagem dedutivo, e como técnica de coleta de dados primários, entrevistas semiestruturadas, contendo questões abertas e fechadas, aplicadas a 12 atores sociais, sendo complementadas com a análise da especialização produtiva, por meio do cálculo dos Quocientes Locacionais (QLs) para atividades rurais e urbanas. Conclui-se que, nesta estrutura específica, diversificada e heterogênea, os atores sociais devem se posicionar estratégicamente em atividades associadas aos *tradables* agropecuários, que geram demandas derivadas, aproveitando conjuntamente as oportunidades locais e regionais, fundamentais para fortalecer setores específicos que constituem forças potenciais endógenas latentes, capazes de gerar autonomia ao desenvolvimento de Júlio de Castilhos.

**Palavras-chave:** Atores sociais. Forças endógenas. Quociente locacional.

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor assistente do curso Superior em Tecnologia do Agronegócio da Unipampa Campus de Dom Pedrito – RS. osmarnunes@unipampa.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universität Tübingen – Alemanha (Eberhard-Karls Universität). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. erica@unisc.br

## **THE ENDOGENOUS POTENTIAL OF REGIONAL DEVELOPMENT: CASE STUDY OF THE CITY OF JULIO DE CASTILHOS/RS**

### **Abstract**

---

This article analyzes the potential endogenous development of Júlio de Castilhos, located in the State of Rio Grande do Sul Central Region with less than fifty thousand inhabitants and economic base in the primary sector. The research problem investigated is: what are the endogenous development potential of Júlio de Castilhos - RS? Methodologically, method was used as a deductive approach, we used to collect primary data, semi-structured interviews with open and closed questions applied to twelve social actors, complemented with the analysis of productive specialization, through the calculation of Locational Quotients (LQs) for rural and urban activities. We conclude that, in this particular, diverse and heterogeneous structure, social actors must position themselves strategically linked to agricultural tradable that generate derived demand activities, jointly leveraging local and regional key opportunities to strengthen specific sectors that are latent endogenous potential forces, capable of generating autonomous development of Júlio de Castilhos .

**Keywords:** Social actors. Endogenous forces. Locational quotient.

O município de Júlio de Castilhos está localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul e, segundo a FEE (2014), possuía, no último censo de 2010, 19.429 – habitantes, em uma área de 1.929,4 km<sup>2</sup>. Ainda, segundo a FEE (2014), a densidade demográfica é de 10,1 hab/km<sup>2</sup>, com taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 5,65%, e expectativa de vida ao nascer de 74,67 anos, com coeficiente de mortalidade infantil de 11,32 por mil nascidos vivos. Em relação aos dados econômicos, destaca a FEE (2014) que, em 2012, o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB pm) foi de R\$ 536.400, o PIB per capita foi de R\$ 27.487 e as exportações totais foram de U\$ FOB 17.236.752

O município objeto de estudo pertence à Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, e faz parte do Corede Central que, segundo a FEE (2010) e Paiva (2006), é composta por 19 municípios: Agudo, Dilernando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã.

De acordo com estas características, traçou-se como objetivo principal deste trabalho identificar quais são as potencialidades endógenas atuantes no desenvolvimento do município de Júlio de Castilhos, contemplando sua trajetória histórica, cultural e contemporânea, e enfatizando os fatores endógenos do desenvolvimento.

## Metodologia da Pesquisa

Metodologicamente, considerou-se as ideias de Andrade (2009) sobre método de abordagem, que se refere ao plano geral do trabalho, a seus fundamentos lógicos e ao processo de raciocínio adotado, uma vez que os métodos de abordagem são essencialmente racionais. Desse ponto de vista, os métodos de abordagem são exclusivos entre si, embora se admita a

possibilidade de mais de um método de abordagem ser empregado em uma pesquisa. Conforme o tipo de raciocínio empregado, os métodos de abordagem classificam-se em dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo e dialético.

Isto posto, empregou-se neste trabalho o método de abordagem dedutivo, pois se partiu do geral – teorias do desenvolvimento endógeno para o particular –, chegando à conclusão sobre o problema de pesquisa e os objetivos. Andrade (2009, p. 121) define que, “segundo esse método, partindo-se de teorias e leis gerais, pode-se chegar à determinação ou previsão dos fenômenos particulares”.

Teoricamente procedeu-se da teoria sobre o desenvolvimento endógeno, que são universais e gerais; pesquisou-se o particular do desenvolvimento do município de Júlio de Castilhos, por meio das técnicas de pesquisa de levantamento de dados e, finalmente, chegou-se às considerações finais da pesquisa.

## Técnicas de Pesquisa

As técnicas de levantamento de dados ocorrem em duas etapas: na primeira foi realizada a pesquisa empírica de campo, com o uso de entrevista semiestruturada, realizada entre os meses de março e junho de 2012, com 12 atores sociais, assim destacados: prefeito municipal; secretário municipal de Saúde e Meio Ambiente; secretário municipal de Agricultura, Indústria, Turismo e Desenvolvimento Econômico; presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) da Região Central; presidente de Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos (Cotrijuc); extensionista da Emater; presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Júlio de Castilhos (Accijuc); presidente do Sindicato Rural; presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; presidente da Associação dos Selecionadores de Material Reciclável (Acasmar); coordenador do Assentamento e do Acampamento (Movimento Sem Terra – MST).

A pesquisa primária envolveu questões sobre a alocação dos recursos econômicos primários, secundários e terciários, em que foram arguidos os entrevistados com questões fechadas do tipo “sim” ou “não” e com questões abertas em que opinavam. Também foram elaboradas questões semifechadas em que o entrevistado poderia justificar o porquê de sua resposta, bem como questões com escalas de importância. Utilizou-se durante as entrevistas um bloco para coletar informações úteis e importantes sobre o desenvolvimento do município de Júlio de Castilhos que não estivesse contemplado no roteiro da pesquisa.

Na segunda etapa da pesquisa, para complementar o trabalho de campo, foi utilizado o método do cálculo dos Quocientes Locacionais (QLs) para as atividades rurais e urbanas nos anos de 1985, 1990, 1995, 2000, 2006 e 2010, para verificar as especializações produtivas de Júlio de Castilhos que se destacam entre as mais importantes. Para as atividades rurais, utilizou-se, no cálculo, o valor bruto da produção (VBP) e, nas atividades urbanas, usou-se o número de empregos formais, retirados da Rais/Caged do Ministério do Emprego e Renda, disponíveis no site <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>.

O Quociente Locacional, segundo Paiva (2006, p. 92), é definido por meio da seguinte formula:  $QL = (Eij/ETj)/(EiT/ETT) = (Eij/EiT)/(ETj/ETT)$ , sendo assim definidas:  $Eij$  = Emprego do Setor i na Região j;  $ETj$  = Emprego total (em todos os setores considerados) na região j;  $EiT$  = Emprego do Setor i em todas as Regiões; e  $ETT$  = Emprego total em todas as Regiões. Quando o QL de uma atividade (índice) é maior que a unidade, tanto para a região quanto para o Estado, indica que deve se especializar naquela atividade.

Assim, este trabalho está composto da seguinte forma: da presente introdução; revisão bibliográfica; análise das potencialidades econômicas endógenas rurais e urbanas do Município de Júlio de Castilhos; considerações finais e referências.

## **Os Pressupostos Teóricos do Desenvolvimento Regional Endógeno**

A emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno, por intermédio da atuação da política pública na evolução das localidades, iniciou nos anos 70 e convergiu para duas linhas de pesquisa: uma de caráter teórico, que explica o desenvolvimento de regiões, e a outra, de caráter empírico, surgiu como uma forma de interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em localidades e regiões do Sul da Europa.

Segundo Moraes (2003, p. 125), “o desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando começaram a se destacar as propostas de desenvolvimento da base para o topo. Desde então, esta corrente evoluiu, com a colaboração de novos enfoques à problemática dos desequilíbrios regionais”.

A teoria do desenvolvimento endógeno, segundo Vázquez Barquero (1999), considera que a acumulação de capital e o progresso tecnológico são, indiscutivelmente, fatores-chave no crescimento econômico. Além do mais, identifica um caminho para o desenvolvimento autossustentado, de caráter endógeno, ao afirmar que os fatores que contribuem para o processo de acumulação de capital geram economias de escala e economias externas e internas, e reduzem os custos totais e os custos de transação, favorecendo também as economias de diversidade. A teoria do desenvolvimento endógeno reconhece, portanto, a existência de rendimentos crescentes no que diz respeito aos fatores acumuláveis, bem como dá ênfase ao papel dos atores econômicos, privados e públicos, nas decisões de investimento e localização.

A ascensão desse novo paradigma, chamado de desenvolvimento endógeno ou “de baixo para cima”, pode ser considerado uma resposta ao modelo fordista de produção em massa e às políticas tradicionais de caráter rígido, pois pressupõe uma produção flexível.

Para Vázquez Barquero (1999), o desenvolvimento endógeno, como novo paradigma, está associado à política econômica local, a uma abordagem de baixo para cima da política de desenvolvimento, na qual são os atores locais que desempenham o papel central em sua definição, execução e controle. Em suas formas mais avançadas, os atores locais organizam-se formando redes, que servem de instrumentos para conhecer e entender a dinâmica do sistema produtivo e das instituições, bem como para conjugar iniciativas e executar as ações que compõem a estratégia de desenvolvimento local.

Na visão do desenvolvimento endógeno, existem dois jogadores que se inter-relacionam. De um lado, encontra-se a região, organizada em torno do seu potencial de desenvolvimento, aqui chamado de potencial endógeno de desenvolvimento, que necessita do outro jogador, o Estado, que tem o papel de criar condições para transformar crescimento em desenvolvimento.

Nesse sentido, Boisier (1999) define que o desenvolvimento territorial é como um jogo do qual participam dois jogadores, o Estado e a Região (que é simplesmente um território organizado, que contém seu próprio potencial endógeno de desenvolvimento). É fácil entender que, ao primeiro jogador – o Estado – corresponde o papel de criar as condições para o crescimento econômico (mediante o manejo dos processos e a determinação do quadro da política econômica) e que, ao segundo jogador – a região – corresponde uma área muito completa de transformar o crescimento em desenvolvimento.

Utilizando os fatores endógenos de desenvolvimento como atores, as instituições e a cultura não necessitam “vir de fora”, ou seja, já existem no território. Caracterizam o chamado “de baixo para cima” e favorecem a industrialização como uma integração do sistema produtivo local, que geralmente é formado por estruturas familiares de produção que dinamizam o modelo e levam a região a cooperar para obter ganhos de escala e de competitividade.

Os ganhos, nos processos de industrialização endógena, de acordo com Vázquez Barquero (1999), caracterizam-se pelo fato de que, por intermédio das empresas, produz-se uma integração do sistema produtivo na sociedade

local. De um lado, as empresas estão objetivamente condicionadas a cooperar entre elas, em razão da forma de especialização que tem sido adaptada ao sistema produtivo local e à reduzida dimensão que força a cooperação para obter as economias de escala, que são necessárias para competir. Além do mais, as estruturas familiares e as tradições locais, a estrutura e os valores sociais e culturais e as regras da população, favorecem a dinâmica do modelo de industrialização. Esta forma de estrutura contribui com os recursos humanos e financeiros, facilitando as relações trabalhistas e sociais, favorecendo as trocas de bens e serviços, formais e informais, e a difusão da informação e o conhecimento pela rede de empresas e de organizações locais, e os processos de industrialização endógena, que estão firmemente enraizados no território.

Em relação ao desenvolvimento endógeno, Boisier (1999) considera que depende da existência, do nível e da interação de seis fatores do desenvolvimento que, em geral, estão presentes, segundo ele, em qualquer território, caracterizam o desenvolvimento endógeno e estão sintetizados no Quadro a seguir.

**Quadro 1 – Os seis fatores de desenvolvimento  
presentes em qualquer território**

Ordem	Fatores de Desenvolvimento	Características
1º	– Os atores sociais	Estão presentes no território; ocupam posições na malha social do território; e são de enorme amplitude e complexidade.
2º	– As instituições	Confeccionam o “mapa institucional” do território; as instituições modernas possuem: – velocidade para racionar as trocas; – flexibilidade para dar respostas às diversas demandas do entorno; virtualidade e condição para realização de acordos de cooperação no espaço cibernetico; e inteligência como capacidade de aprender com a própria experiência.
3º	– A cultura	Cultura “local”, “regional”, “nacional” ou “territorial” em oposição a uma cultura universal que é discutível e incerta; como de uma ética (conjunto de normas que regem as relações entre os indivíduos do grupo, e entre este e sua base material de recursos ou meio ambiente).

4º	– Os procedimentos utilizados	De caráter social que ocorrem de três formas: procedimento que sustenta a gestão do desenvolvimento; procedimento de administração do governo; e procedimento de gerência das informações (como o governo encara seu papel como “reordenador e reestruturador do fluxo entrópico de informação”).
5º	– O efeito ou estrutura familiar	Consiste nos recursos que se encontram no território: recursos materiais: recursos naturais e os recursos financeiros; recursos humanos; elementos psicosociais (autoconfiança coletiva, fé, confiança na capacidade social para construir o futuro, associatividade, perseverança, memória histórica coletiva, desejo de acumulação e, sobretudo, “gana de desenvolver-se”.
6º	– O entorno ou meio externo	Multiplicidade de organismos sobre os quais não se tem controle; possui capacidade de influência; a articulação é necessária e deve ser permanente; a articulação refere-se ao tipo de relação: conflitiva ou cooperativa e à inserção da região nos laços de decisões do Estado.

Fonte: Adaptado da obra de Sérgio Boisier (1999).

O processo de desenvolvimento regional endógeno surgiu, de forma espontânea, em pequenas e médias cidades ou municípios, por meio dos empreendedores locais e, ao longo do tempo, promove a acumulação de um saber fazer técnico, tem proporcionado a formação de sistemas de relacionamento próprio e consolidado formas culturais que geram economias que explicam sua continuidade no tempo. Além disso, a criação de um entorno econômico e institucional proporciona às empresas locais recursos, serviços, redes de cooperação entre os atores que lhes permitem melhorar a competitividade nos mercados nacionais e internacionais.

De acordo com Vázquez Barquero (1999), os determinantes do desenvolvimento endógeno ocorrem em consequência da utilização do potencial e do excedente gerado na região e, eventualmente, pela atração de recursos externos, assim como pela incorporação das economias externas ocultas nos processos produtivos. Para neutralizar as tendências ao Estado estacionário, é preciso ativar os fatores determinantes dos processos de acumulação de

capital, a saber, a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades e o fortalecimento das instituições.

O potencial de desenvolvimento de uma determinada região depende da disponibilidade dos recursos produtivos existentes e do seu grau de utilização. Mesmo possuindo recursos produtivos abundantes, o seu uso no sentido de gerar desenvolvimento endógeno depende da ativação social, que é totalmente endógena e busca a autonomia da região, por meio da criação de um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais capaz de direcionar o crescimento a partir das forças exógenas, e assim atingir o desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento endógeno pode ser favorecido, de acordo com Vázquez Barquero (1999), quando as empresas e os sistemas produtivos locais são capazes de utilizar as externalidades produzidas na cidade. Um dos princípios que explicam a razão de ser e o funcionamento de uma cidade é a capacidade de criar economias de aglomeração que garantem a eficiência das empresas e dos sistemas produtivos, ao reduzir os custos de produção, os custos de coordenação e os custos de transação. Antes de tudo, trata-se de empresas que realizam muitas dessas atividades industriais e que podem dispor de economias associadas, de acordo com o tamanho das plantas localizadas na cidade e com a utilização das matérias-primas, dos recursos de seus fornecedores urbanos e da efetivação de trocas com as demais empresas urbanas.

Outro fator determinante do desenvolvimento endógeno, de acordo com Peres (2001), é a dimensão local que recebe importância secundária e periférica no debate sobre políticas para promover a competitividade, bem como é relegada ao segundo plano ou ignorada no projeto e na execução dessas políticas. O autor considera que já é tempo de integrar essas duas áreas, de pensamento e ação, e, se tal integração fosse alcançada, as políticas voltadas à competitividade ganhariam em termos de especificidades e efetivação, ao dar um lugar central às dimensões territoriais e locais.

Para Vázquez Barquero (1999), os processos de desenvolvimento local endógeno ocorrem em razão da utilização produtiva do potencial do desenvolvimento, situação que se verifica mais facilmente quando as instituições e os mecanismos de regulação do território funcionam com eficiência. A forma de organização da produção, a estrutura familiar, a estrutura social e cultural e os códigos de conduta da população, condicionam os processos de desenvolvimento, facilitando ou limitando a dinâmica econômica. São esses os fatores que determinam, em última análise, a evolução específica de cidades e regiões. Segundo o autor, o desenvolvimento local endógeno obedece a uma visão territorial (e não funcional) dos processos de crescimento e mudança estrutural, a qual parte da hipótese de que o território não é um mero suporte físico para os objetos, atividades e processos econômicos, mas um grande agente de transformação social.

Costa (2001, p. 117) destaca que “nos sistemas locais de pequenas e micro empresas, a região é o âmbito no qual se concentram as externalidades positivas e os conceitos de coesão social e de confiança”. Costa (2001) ainda afirma que o conceito de desenvolvimento local deve estar associado a um processo de crescimento econômico de natureza endógena, no qual os fatores locais de tipo produtivo, social e cultural são decisivos. O modelo de desenvolvimento econômico endógeno é particularmente sensível aos segmentos industriais formados por médias e pequenas empresas, uma vez que sua capacidade competitiva depende da disponibilidade de economias externas no território. Daí a necessidade de se concentrar no potencial de crescimento de caráter local, considerando as médias e pequenas empresas fator de dinamização.

Buarque (2002, p. 30) assevera que “o desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade local estruturarem-se e mobilizarem-se, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades”.

Em relação ao desenvolvimento com base na comunidade, Sachs (2002) afirma que desencadeia um processo de negociação entre os *stakeholders* (atores envolvidos) – população local e autoridades – por meio de facilitadores que podem ser os cientistas, associações civis, agentes econômicos públicos e privados. O desenvolvimento local pode ser alcançado com mais facilidade mediante o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos, como também com a organização de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade, como caminho para a melhoria da qualidade de vida dos povos.

Buarque (2002) entende que o desenvolvimento é um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento deve mobilizar e explorar as potencialidades e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais, que são a base das potencialidades e condição para a qualidade de vida da população. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural.

De acordo com Moraes (2003), no Brasil a crise fiscal do Estado e os processos de descentralização, desde o início da década de 90, impulsionaram uma tendência de valorização das políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano, formuladas e instituídas por governos locais. A necessidade de um novo modelo de desenvolvimento local aumentou a partir da constatação de que o crescimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não se irradiava homogeneamente para todas as regiões de um país e nem permite uma distribuição mais equitativa de renda entre os diversos grupos sociais.

Para Santos (2004), a ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação. Segundo o autor, a ordem local, que “territorializa”, é a do espaço banal, espaço irredutível, porque reúne, numa mesma lógica interna, todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro da ação e a sede de ação. Seu espaço, moveido e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos.

## **Análise das Potencialidades Econômicas Endógenas do Município de Júlio de Castilhos**

O desenvolvimento endógeno parte da análise das atividades econômicas que se destacam no território de Júlio de Castilhos. No setor primário de Júlio de Castilhos, os atores sociais destacaram que produz emprego e renda a cultura da soja (75%), a cultura do trigo e do feijão (37,50%), o milho (25%) e as demais atividades, como produção de cevada, laranja, e batata inglesa (12,50%). No setor pecuarista, destacaram como geradores de emprego e renda a produção leiteira (75%), a criação de ovinos e a pecuária de corte (12,50%). No setor secundário ou de transformação, os atores sociais destacaram como importante na geração de emprego e renda a cooperativa (37,50%), seguida das agroindústrias de laticínios (25%) e as demais indústrias madeireiras, cerealistas, fábrica de rações, as pequenas agroindústrias familiares e as frigoríficas (12,50%). No setor terciário, os serviços responsáveis pela geração de emprego e renda são os supermercados e as assessorias à agropecuária (25%), e no comércio destacam-se as lojas de materiais de construção, de insumos e de máquinas agrícolas (12,50%).

Na Tabela 1 verifica-se a participação na especialização produtiva do setor primário do município de Júlio de Castilhos entre 1980 e 2010.

**Tabela 1 – Participação na Especialização Produtiva  
do Setor Primário entre 1980 e 2010 em %**

Setor\Ano	1985	1990	1995	2000	2006	2010
Região	4,00	4,00	1,09	1,09	1,09	0,92
Estado	0,00	4,00	0,92	1,09	0,92	0,92
<b>Total</b>	<b>4,00</b>	<b>8,00</b>	<b>2,83</b>	<b>2,18</b>	<b>2,83</b>	<b>1,84</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Cálculo do Quociente Locacional.

A Tabela 1 mostra que quando a região é referência no cálculo do quociente locacional, a participação na especialização produtiva do setor primário, em 1985 e 1990, era 4%. Após a estratificação, cai para 1,09% em 1995, e permanece com o mesmo porcentual nos anos de 2000 e 2006, e com queda na participação em 2010, para 0,92. Em 1985 e 1990 o setor primário é especializado na extração mineral, possuindo índice de 2,20 e 3,48, respectivamente. Nos anos de 1995 e 2000 destacaram-se a especialização na produção mista: lavoura e pecuária, com índices de 4,95 e 5,92, e o cultivo de soja com índices 4,39 e 3,81, respectivamente. Nos anos de 2006 e 2010, destacaram-se as especializações produtivas do cultivo da soja, com 5,47 e 6,82, a criação de bovinos, com índices de 4,96 e 5,38, respectivamente. A produção mista lavoura-pecuária possui especialização produtiva nos anos de 1995 e 2000, mas perde sua importância em 2006 e 2010, quando a criação de bovinos torna-se especializada nas duas verificações seguintes, em 2006 e 2010.

Quando se considerou o Estado como referência, em 1985, o setor primário não possui participação na especialização produtiva mas, em 1990, era especializado na extração mineral, com índice de 1,37. Nos anos de 1995, 2000, 2006 e 2010, após a estratificação, destacaram-se o cultivo da soja, com índice de 4,63, 2,88, 24,00 e 31,01, e a criação de bovinos, com índice de 5,49, 3,10, 4,91 e 6,69, respectivamente.

A Tabela 2 mostra a participação na especialização produtiva do setor secundário ou de transformação do município de Júlio de Castilhos entre 1980 e 2010.

**Tabela 2 – Participação na Especialização Produtiva  
do Setor Secundário entre 1980 e 2010 em %**

<b>Setor\Ano</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Região	12	8	2,20	2,55	1,46	2,55
Estado	0	4	1,81	3,29	1,67	1,48
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>4,01</b>	<b>5,84</b>	<b>3,13</b>	<b>4,03</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Cálculo do Quociente Locacional.

Segundo a Tabela 2, a participação produtiva do setor secundário de Júlio de Castilhos, quando a região é referência, mostrou que caiu de 1980 e 1990 4% do total das especializações. Com o desmembramento entre 1990 e 1995, a participação caiu de 8% para 2,20%. Cresce a participação no ano de 2000, decresce sua participação em 2006 e volta a crescer em 2010, possuindo participação de 2,55% do total. Em 1985, no setor de transformação, destacou-se a indústria de calçados, com índice de especialização de 3,49 e a indústria da madeira e do mobiliário com 1,44. No ano de 1990, destacaram-se a indústria de calçados, com 2,24 e a indústria do material elétrico e de comunicações com 2,06. No ano de 1995, após o desmembramento, destacaram-se as especializações da indústria de desdobramento de madeiras e da fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias (tricotagens), ambas com índice de 5,22. Em 2000, destacaram-se as especializações produtivas do abate de reses, preparação de produtos da carne, com 7,30, e a moagem de trigo e a fabricação de derivados, com 6,03. No ano de 2006, destacou-se o abate de suínos, aves e outros pequenos animais, com índice de 22,05, e a fabricação de produtos da carne, com 22,25. No ano de 2010, destacaram-se as atividades de abate de suínos, aves e outros pequenos animais, com 21,88, e a moagem de trigo e fabricação de derivados, com 3,21.

Quando o Estado é referência em 1985, não possui participação na especialização produtiva, mas em 1990 possui 4%. Em 1995, reduz sua participação para 1,81%. Cresce no período seguinte e volta a reduzir-se nos anos seguintes, permanecendo, em 2010, com 1,48% de participação. Em 1995, destacaram-se a fabricação de artigos de serralheria, exceto esquad-

rias, 3,14, e a fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário, com 3,97. No ano de 2000 destacou-se a fabricação de produtos de laticínio, com 1,67, e o desdobramento de madeira, com 1,72. No ano de 2006 destacaram-se a fabricação de produtos da carne, com 3,86 e a fabricação de tecidos de malha, com 1,57. No ano de 2010 destacaram-se as especializações produtivas no abate de suínos, aves e outros pequenos animais, com 3,57 e a moagem de trigo e fabricação de derivados, com 9,69.

A análise do período permite identificar oscilação na especialização produtiva entre os anos pesquisados, não havendo uma atividade no setor de transformação que permaneça especializada nos períodos analisados, tanto na Região quanto no Estado.

A Tabela 3 mostra a participação na especialização produtiva do setor terciário do município de Júlio de Castilhos entre 1980 e 2010.

Tabela 3 – Participação na Especialização Produtiva  
do Setor Terciário entre 1980 e 2010 em %

Setor\Ano	1985	1990	1995	2000	2006	2010
Região	4,00	16,00	4,59	5,25	7,50	8,41
Estado	20,00	20,00	7,17	6,69	7,68	9,14
<b>Total</b>	<b>24,00</b>	<b>36,00</b>	<b>11,76</b>	<b>11,94</b>	<b>15,18</b>	<b>17,55</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do Cálculo do Quociente Locacional.

A participação na especialização produtiva do setor terciário mostrou que quando a Região é referência, o setor terciário possui 4% de participação e cresce em 1990 para 16%, um aumento de 12%. A partir do desmembramento de 1995, reduziu em 11,41%, e participava com 4,59% e, a partir deste ano, cresceu a participação 0,66%, 2,25% e 0,91 nos anos 2000, 2006 e 2010, respectivamente. O setor terciário é mais dinâmico que os demais setores. Enquanto este setor, em 2010, na Região, possuía 8,41%, no mesmo ano o setor secundário possuía participação na especialização de 2,55%, e o

setor primário 0,92%. Em 1995, o Plano Real e suas políticas favoreceram o crescimento da participação na especialização produtiva do setor terciário, comércio e serviços.

Destacou-se, quando a região é referência, em 1985, no setor terciário: a administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, com 4,89. No ano de 1990 destacaram-se na especialização produtiva no comércio e na administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos com 4,00. No ano de 1995 destacaram-se, com especialização produtiva, os representantes comerciais e agentes do comércio de móveis e de artigos de uso doméstico, com 3,13, e o crédito cooperativo com 6,18. No ano 2000 destacaram-se as especializações produtivas dos representantes comerciais e agentes do comércio de móveis e artigos de uso doméstico, com 6,70, e o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e produtos semiacabados com 7,33. Em 2006 destacaram-se os representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem, com 12,30, e o comércio de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja, com 16,18. Em 2010 destacaram-se a especialização no comércio atacadista de soja, com 12,41, e o comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com 11,32. Novamente encontra-se a atividade ligada à produção primária da soja, no ano de 2010, especializada no comércio atacadista de soja com índice elevado de especialização 12,41, destacada por 75% dos atores sociais como uma das principais fontes de geração de emprego e renda.

Quando o Estado do Rio Grande do Sul era área de referência no ano de 1985, destacaram-se o comércio e a administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos, com 4,51 e 3,47 em 1990; ainda em 1990 destacou-se a especialização produtiva das instituições de crédito, seguros e capitalizações, com 1,44. Em 1995 destacaram-se o comércio atacadista de eletrodomésticos e outros equipamentos de uso pessoal e doméstico, com 6,31, e as atividades de serviços relacionadas com a agricultura, com 12,40. No ano 2000 destacaram-se as especializações produtivas dos representan-

tes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens, com 48,17, e o comércio atacadista de cereais beneficiados e leguminosas, farinhas, amidos e féculas com 10,77. No ano de 2006 destacaram-se as especializações produtivas do comércio de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja, com 53,55, e o armazenamento com 3,92. Em 2010 destacaram-se as especializações produtivas do comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiadas, farinhas, amidos e féculas, com 55,82 e no comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos, com 7,76.

Júlio de Castilhos não possui características de um município industrializado, e as poucas indústrias existentes enquadram-se como micro e pequenas. No setor primário, os setores mais dinâmicos são as culturas de soja, de milho e de trigo, e a comercialização destes produtos divide-se em parte para o mercado interno e parte para o mercado externo. A soja, cultura mais dinâmica, é praticamente toda exportada para fora do município e também para fora do país, enquanto o milho e o trigo são voltados para o mercado interno.

Na economia castilhense predomina, na geração de emprego e de renda, a produção de *commodities*, e os atores sociais declararam que o relevo e o clima são favoráveis a boas safras. Também declararam que, nas últimas décadas, foram introduzidos melhoramentos no setor primário. Para 37,50% dos atores sociais, os melhoramentos ocorreram com o plantio direto na palha e com a agricultura de precisão, para 25% foi a correção do solo, e os demais, que representam 12,50% das respostas, o uso intensivo da tecnologia, suporte técnico, profissionalismo, biotecnologia, controle integrado de pragas, uso de defensivos, coleta de embalagens de agrotóxico com zero de descarte na natureza. Em relação aos melhoramentos introduzidos no setor primário, os mesmos não são realizados pelo setor, mas sim por meio de um processo que ocorre de fora para dentro, por um mecanismo de acompanhamento e utilização do pacote tecnológico, definido e ofertado pelas indústrias de

transformação. Esta constatação foi confirmada pela resposta de um dos atores sociais: “é crucial para a sobrevivência do setor, o acompanhamento do pacote tecnológico”.

Para 71,43% dos atores sociais, o setor primário de Júlio de Castilhos está propenso a realizar investimento na construção de açudes e reservatórios, na aplicação de calcário, na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, na construção de silos e armazéns e em sistemas de irrigação. Apenas 28,57% consideram que o setor primário está propenso a realizar investimentos na construção de galpões, exceto a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O setor primário agrícola de Júlio de Castilhos é considerado inovador por 57,14%, contra 14,29% dos atores sociais que o tem como não inovador, e 28,57% dos atores sociais não responderam. Os atores sociais consideram inovador o setor primário ao introduzir a soja transgênica no Rio Grande do Sul, quando o município de Júlio de Castilhos foi pioneiro com a procura incessante para aumentar a produtividade em áreas cada vez menores, pela busca de novas alternativas agrícolas e ambientais, pelo acompanhamento da evolução do pacote tecnológico, pelo uso da agricultura de precisão e pela existência da mecanização das pequenas e médias propriedades rurais. Um dos atores sociais, de importante participação no desenvolvimento local, porém, fez a seguinte afirmação: “o setor agrícola não é inovador, porque sempre está aumentando os índices de produtividade e não transforma praticamente nada, não agrega valor ao produto, apenas acompanha o pacote tecnológico, para não quebrarem”. A inovação no setor primário não parte da criação de técnicas e melhorias no processo produtivo, no próprio setor ou internamente, mas é introduzido de fora, são seguidores do mercado, incorporando as mudanças promovidas pelo setor industrial no chamado “pacote tecnológico”, que os torna dependentes dos setores a jusante.

No setor pecuarista destaca-se a produção leiteira para 75%, gado de corte para 50% e ovinos para 37,50% dos atores sociais. Os demais atores sociais, 12,50%, responderam que se destacam os animais de cria e recria,

terneiros e terneiras e a engorda de novilhos nos períodos de inverno. O setor pecuarista é propenso a realizar investimentos em pastagens e melhoramentos genéticos para 85,71% dos atores sociais, seguido de importação de matrizes/sêmen, com 14,29%. Para 42,86% dos atores sociais foram destacados por 25% deles que o setor está propenso a investir em confinamentos de pequenos lotes; para 12,50% estão mais propensos à utilização de técnicas de reprodução (Inseminação Artificial em Tempo Fixo – IATF); também estão mais propensos a investir em melhorais nas instalações e no controle dos dejetos.

Foram identificados como gargalos ou problemas no setor primário por 25% dos atores sociais, as secas e a má conservação das estradas de chão batido vicinais do interior de Júlio de Castilhos. Esta resposta permite entender a preocupação de 71,43% dos atores sociais em realizar investimentos em açudes e reservatórios e em sistemas de irrigação. As demais respostas, 12,50%, apontaram como gargalos a dificuldade de armazenagem, de comercialização e de criar agroindústrias e o endividamento rural. O problema do armazenamento, citado por 71,43% dos atores sociais, limita melhores receitas na fase da comercialização, especulando no pós-colheita e determinando a dependência dos oligopólios para comercializar a safra.

No setor de transformação, a estrutura produtiva foi revelada pela pesquisa ser pouco desenvolvida e não inovadora – resposta de todos os atores sociais. Predomina a estrutura formada por microempresas não ligadas ao setor agrícola, pequenas empresas voltadas ao setor agrícola e médias empresas que transformam as matérias-primas agrícolas.

Em relação à infraestrutura castilhense, os atores sociais consideram boa por 55,77% deles, seguida de regular por 25%, e ruim por 13,46%. Apenas um entrevistado considerou ótima e dois péssima a infraestrutura, representando 12,50% das respostas.

Entre as mudanças que afetaram o desenvolvimento do município de Júlio de Castilhos nos anos 80, os atores sociais destacaram como positivo, em 12,50%, o início da revolução verde e a utilização dos campos nativos, antes para criação de bovinos, atualmente para produção de soja. Citaram como eventos negativos o endividamento, em razão da redução de subsídios por parte do governo, as políticas econômicas (sucessivos planos econômicos de estabilização), as oscilações nos preços dos produtos e a inflação.

Nos anos 90 destacaram como positivas ao desenvolvimento de Júlio de Castilhos a integração entre a pecuária e a lavoura, a securitização do setor agrícola, a política econômica do Plano Real que estabilizou os preços e os assentamentos que aceleraram a cultura da soja. Citaram, como fator negativo, a retirada da política de preços mínimos do trigo. Se, na década de 80, as políticas macroeconômicas de estabilização eram vistas como negativas, na década de 90 o Plano Real que estabilizou a moeda é considerado positivo. A reforma agrária e os assentamentos são considerados em Júlio de Castilhos positivos para o desenvolvimento, ao acelerar o crescimento da cultura da soja no município, tornando as tradicionais fazendas de criação de gado charolês produtivas nas vistorias do Incra.

Desde o ano 2000 foram destacadas como mudanças positivas no desenvolvimento de Júlio de Castilhos, o crescimento do plantio da soja, que aumentou os postos de trabalho, o aumento de produtividade das lavouras, pelos fatores decisivos dos pacotes tecnológicos e do plantio direto, a intensificação da comercialização com os países do Mercosul, a estabilidade econômica e a tecnologia das sementes transgênicas. Consideraram como eventos negativos o endividamento do setor primário, não por falta de créditos e subsídios, mas causado pelas facilidades de acesso ao crédito para aquisição de máquinas nos programas do governo federal. Os atores sociais consideram que a facilidade ao crédito e a realização de investimentos desnecessários e incompatíveis com a estrutura produtiva, consequentemente endivida o setor no longo prazo.

Os atores sociais identificaram como pontos fortes de Júlio de Castilhos, para 25%, a localização geográfica privilegiada pela logística rodoviária, e as demais respostas, que representam 12,50%, citaram a infraestrutura de suporte, a agricultura (comércio, armazéns e máquinas), a modernização da agricultura e a administração pública nos últimos anos, a formação da bacia leiteira, a produção de soja e a assistência técnica privada aos agricultores. Entre as oportunidades, 25% dos atores sociais destacaram a possibilidade da organização da sociedade para iniciar um processo de agroindustrialização das matérias-primas locais, e as demais respostas, 12,50%, citaram a criação de um porto seco, a diversificação produtiva da introdução da pecuária do leite e a agroindustrialização de pequeno e médio porte, a feira Expojuc e a irrigação das lavouras.

As dificuldades citadas por 12,50% dos atores sociais foram a falta de uma indústria de transformação, o desinteresse pela agroindustrialização, a falta de indústrias ou agroindústrias de transformação do trigo e do leite, a redução da renda agrícola que, apesar de preços bons, possui custos elevados, a descapitalização do setor agrícola e os problemas na assistência médica e hospitalar. Representa ameaça ao desenvolvimento de Júlio de Castilhos, para 12,50% dos atores sociais, o baixo uso dos sistemas de irrigação, a falta de gerenciamento agrícola, a dificuldade em administrar dentro da porteira, a falta de tratamento do saneamento básico que pode contaminar as nascentes dos rios, e o risco da estiagem em reduzir a base econômica soja e leite. Um dos atores sociais destacou que “um dos grandes problemas do município de Júlio de Castilhos encontra-se na forte dependência de toda sua economia na monocultura da soja, que qualquer crise na sua produção, no preço, ou por problemas climáticos, estiagens ou granizo, ou incidência de pragas, atinge todos os demais setores do município, influenciando de maneira negativa ou positiva, dependendo da situação”.

Endogenamente, a transformação da matéria-prima local, por meio das agroindústrias, é fonte de geração de desenvolvimento. As transformações por agroindústrias castilhenses receberam os porcentuais entre 1% e

10%, e entre 11% e 30% em 37,50% das respostas. Dos atores sociais, 25%, porém, responderam que nada é transformado do que é produzido em Júlio de Castilhos. Destacou-se que não há incentivo à formação de agroindústrias para 66,67% dos atores sociais, contra 33,33% que consideram que há incentivo à formação de agroindústrias, mas, segundo os atores sociais, há um local específico para a comercialização dos produtos da agricultura e da agroindústria familiar em Júlio de Castilhos.

Desta forma, descobriu-se que as ações da Prefeitura, no que respeita ao desenvolvimento, resumem-se em: disponibilizar infraestrutura de acesso às propriedades; para o setor secundário, a Lei municipal para atrair novas indústrias e, no setor terciário, as ações procuram dar visibilidade às lojas para atrair os consumidores.

Na opinião dos atores sociais, o desenvolvimento do município de Júlio de Castilhos pode ser impulsionado, para 80% deles, pelas micro e pequenas agroindústrias familiares, pelas micro e pequenas indústrias e pela instalação de uma grande indústria de transformação. Os demais 20% dos atores sociais citaram, como forma de impulsionar e promover o desenvolvimento, a organização das pequenas indústrias já existentes no município e a qualificação da mão de obra e da reabertura da cooperativa castilhense.

Os atores sociais, em 66,67%, não acreditam que o município de Júlio de Castilhos pode atingir os níveis desejados de desenvolvimento, utilizando apenas o potencial local, como a infraestrutura existente, os recursos naturais, os recursos humanos, entre outros, sem necessitar de recursos do governo federal ou estadual, e apenas 33,33% consideram ser possível desenvolver-se, usando o potencial local, por meio da combinação e utilização eficiente dos recursos, investindo em educação e treinamento da mão de obra em todas as áreas e com a instalação de pequenos setores industriais, como as micro e pequenas indústrias e agroindústrias. Entre os que não consideram ser possível, 37,50% destacaram as peculiaridades castilhenses, de base econômica primária, dependentes dos repasses do governo federal para incrementar

o produto da Região e criar renda agrícola, e 12,50% consideram que não é possível, em razão da principal dificuldade existente, que é reverter os capitais internos em investimentos locais.

Na pesquisa *in loco*, foi comprovada que a característica predominante do município de Júlio de Castilhos é a base produtiva primária, e os setores secundários e terciários são dependentes do setor primário. Foi verificado que não há um perfil empreendedor “agressivo”, assim destacado por todos os atores sociais. Ainda afirmaram que esta estrutura produtiva “não se modificará enquanto não mudar o perfil dos próprios atores sociais envolvidos, mudando de maneira agressiva a própria matriz produtiva, transformando de base primária para uma base de transformação, sem reduzir a produção primária, mas incluindo-a no processo de produção, através das agroindústrias”.

## Considerações Finais

A análise das potencialidades econômicas endógenas do município de Júlio de Castilhos mostrou a existência de uma diversidade e uma heterogeneidade produtiva local, atuantes no desenvolvimento regional.

Júlio de Castilhos, por suas características geográficas, produz soja e bovinos de corte apresenta integração com a Cooperativa Frigorífica Castilhense e representa uma força do desenvolvimento, mas perde espaço para a cultura da soja. Estas duas atividades econômicas promovem vazamento da renda e não constituem fontes de desenvolvimento endógeno. As demais produções de batata inglesa, bovinos de leite, feijão, fruticultura, milho, ovinocultura e trigo, constituem um potencial endógeno de desenvolvimento. Embora as variáveis endógenas sejam em maior número, a importância e a estrutura do desenvolvimento produtivo do município de Júlio de Castilhos apresentam como base as variáveis exógenas, com origem na sojicultura e na bovinocultura.

No setor secundário ou de transformação, destaca-se a fábrica de rações da Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos (Cootrijuc), que desempenha uma fonte interna do território do desenvolvimento endógeno e de cooperação entre os atores sociais. As agroindústrias de laticínios agregam valor à produção local, representam a integração com o setor primário e são forças endógenas de desenvolvimento. O Frigorífico Castilhense, nas últimas décadas, fechou e retomou as atividades várias vezes, e já foi administrado por diversos grupos. Constitui uma força endógena do desenvolvimento, ao possibilitar a integração do grupo de produtores locais de suínos. No setor terciário, destacam-se no desenvolvimento os supermercados, as lojas de materiais de construção, de insumos, de máquinas agrícolas e de assessorias à agropecuária.

A complementação da análise, utilizando os Quocientes Locacionais (QLs), considerando como referência tanto a Região quanto o Estado, mostrou crescimento da participação na especialização produtiva do setor terciário, principalmente o comércio (atacado e varejo), com intensificação na especialização após a abertura econômica e a instituição do Plano Real e, simultaneamente, com queda na participação dos outros setores. No setor secundário cresceu a participação da especialização produtiva, porém com porcentuais menores a cada período analisado e, no setor primário, a queda da participação é maior a cada período. As alterações econômicas ocorridas na década de 90 são responsáveis por uma mudança de conduta do setor terciário, principalmente o comércio, que se organiza em redes de cooperação e dinamiza a forma de atuação centralizada nos grandes centros administrativos, de compras e de distribuição, crescendo a participação na especialização produtiva.

A base do desenvolvimento castilhense é o setor primário, a produção de *tradables*. Esta forma de desenvolvimento torna os demais setores – secundário e terciário – dependentes da dinâmica imposta por ele. A estrutura de micro e pequenas indústrias voltadas ao setor primário e, de maneira semelhante, o setor terciário, mesmo organizado em redes, oferta

bens, máquinas, equipamentos e demais insumos agrícolas, bem como presta serviços ao setor primário. A existência de uma série de fatores endógenos latentes permite concluir que, nesta estrutura específica, diversificada e heterogênea, os atores sociais devem se posicionar estratégicamente em atividades associadas aos *tradables* agropecuários, que geram demandas derivadas, aproveitando conjuntamente as oportunidades locais e regionais, fundamentais para fortalecer setores específicos, que constituem forças potenciais endógenas latentes, capazes de gerar autonomia ao desenvolvimento de Júlio de Castilhos. Neste sentido, a formação de micro e pequenas agroindústrias, além de agregar valor às matérias-primas, torna-se um importante gerador de demandas derivadas e, ao integrar os setores primário e secundário de transformação, fortalece a matriz produtiva local e constitui fonte estratégica endógena alternativa capaz de alavancar o desenvolvimento de Júlio de Castilhos.

## Referências

- ANDRADE, M. M de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOISIER, S. *Teorías y metáforas sobre el desarrollo territorial*. Santiago de Chile: Publicación das Nações Unidas, 1999.
- BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- COSTA, M. T. As pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: conceito e experiências. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Orgs.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[mapas.fee.tche.br/municipios-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-corede-central-2008.html](http://mapas.fee.tche.br/municipios-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-corede-central-2008.html)>. Acesso em: jan. 2010.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre, 2014. Disponível em <[mapas.fee.tche.br/municípios-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-corede-central-2014.html](http://mapas.fee.tche.br/municípios-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-corede-central-2014.html)>. Acesso em: mar. 2014.

- MORAES, J. L. A de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, S. M. de S. (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- PAIVA, C. Á. N. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. *Indic. Econ.*, Porto Alegre: FEE, v. 34, n. 1, p. 89-102, 2006.
- PERES, W. A dimensão local das políticas de competitividade industrial. In: GUI-MARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Orgs.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.
- PEREZ, I. E. *La construcción social de las teorías de desarrollo: um estudo histórico/crítico para incidir en el diseño de las políticas públicas*. México: Porrua Miguel Ángel, 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JÚLIO DE CASTILHOS. Disponível em: <[www.juliodecastilhos.rs.gov.br/portal1](http://www.juliodecastilhos.rs.gov.br/portal1)>. Acesso em: 28 mar. 2014.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, E. de O. *Agroturismo e turismo rural: alternativa econômica para a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Santa Maria, RS: Ed. Facos, 2005.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 1<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid, Spain: Ediciones Pirámide, 1999.

Recebido em: 21/4/2014

Accepted em: 13/11/2014